

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 6 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de R\$ 1.444.638 mil na controladora e R\$ 3.836.905 mil no consolidado, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo contratual da concessão inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Entendimento do processo e avaliação do desenho dos controles internos relevantes utilizados pela Companhia, no curso da auditoria, relacionados a mensuração do ativo contratual da concessão;(iii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão.(iv) Por meio de base amostral, realizamos a inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício, bem como, análise qualitativa das adições realizadas nos projetos de construção. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.649	101.144	159.931	173.150
Investimento curto prazo	5	913	813	9.807	32.277
Contas a receber da concessão – Concessionárias e permissionárias		14.217	14.560	28.604	27.513
Ativo contratual da concessão	6	297.707	287.758	531.389	511.034
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		203	187	2.483	1.632
Outros tributos compensáveis		102	102	1.665	1.681
Dividendos a receber	7	22.823	29.541	3.081	3.531
Adiantamento a fornecedores		754	763	3.929	5.611
Outros ativos		6.503	6.678	10.314	9.834
		430.871	441.546	751.203	766.263
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários		-	-	21	-
Contas a receber da concessão – Concessionárias e permissionárias		18.950	16.280	32.516	28.089
Ativo contratual da concessão	6	1.146.931	1.232.311	3.295.516	3.355.920
Outros tributos compensáveis		-	-	199	199
Outros ativos		867	879	10.871	5.136
Investimentos	7	932.905	954.844	69.703	69.035
Imobilizado		2.353	2.464	2.939	3.182
Intangível		12.248	14.086	23.324	26.397
		2.114.254	2.220.864	3.435.089	3.487.958
Total do Ativo		2.545.125	2.662.410	4.186.292	4.254.221

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Passivo Circulante					
Debêntures	8	121.510	117.155	147.629	159.699
Arrendamento mercantil		314	295	544	543
Fornecedores		2.619	2.719	9.145	15.251
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.161	3.808	7.615	10.817
Outros tributos a pagar		13.044	11.044	24.293	20.825
Dividendos a pagar		-	22.477	-	27.223
Provisão para compensação ambiental	13	-	561	3.090	3.388
Encargos regulatórios	9	13.384	12.571	16.858	16.355
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	20.455	19.772	43.390	41.624
Outros passivos		4.929	4.562	11.493	11.460
		178.416	194.964	264.057	307.185
Passivo Não Circulante					
Debêntures	8	947.476	773.407	1.665.519	1.429.179
Arrendamento mercantil		49	306	85	529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	212.398	220.163	548.404	528.897
Provisão para demandas judiciais	12	226	226	226	226
Encargos regulatórios	9	4.192	3.142	6.378	5.018
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	83.207	84.981	296.409	295.398
Provisão para compensação ambiental	13	-	-	6.129	5.441
Outros passivos		416	411	22.050	20.208
		1.247.964	1.082.636	2.545.200	2.284.896
Total do Passivo		1.426.380	1.277.600	2.809.257	2.592.081
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	636.915	636.915	636.915	636.915
Reservas de lucro	14	386.830	607.429	386.830	607.429
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	95.000	140.466	95.000	140.466
Total do Patrimônio Líquido		1.118.745	1.384.810	1.118.745	1.384.810
Participação de acionistas não controladores		-	-	258.290	277.330
Patrimônio Líquido + Participação de acionistas não controladores		1.118.745	1.384.810	1.377.035	1.662.140
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.545.125	2.662.410	4.186.292	4.254.221

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		77.763	76.551	145.745	137.138
Receita de implementação de infraestrutura		58.192	-	58.192	-
Remuneração do ativo contratual da concessão		155.564	223.372	398.471	473.791
(-) Parcela variável		(1.177)	(1.735)	(2.277)	(2.573)
Receita Operacional Líquida	16	290.342	298.188	600.131	608.356
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(7.877)	(8.593)	(21.963)	(22.950)
Material e serviços de terceiros		(9.890)	(10.539)	(18.108)	(17.513)
Depreciação e amortização		-	-	(24)	(90)
Outros		(1.311)	(1.179)	(3.969)	(7.433)
Custo de implementação de infraestrutura	17	(46.649)	-	(46.649)	-
Lucro Bruto		224.615	277.877	509.418	560.370
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal e administradores		(7.957)	(6.197)	(13.318)	(11.364)
Material e serviços de terceiros		(2.764)	(2.258)	(4.449)	(3.811)
Depreciação e amortização		(1.596)	(1.545)	(1.815)	(1.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	18	(139)	(1.333)	(1.068)	10.781
		(12.456)	(11.333)	(20.650)	(6.129)
Resultado de equivalência patrimonial	7	152.009	157.470	12.323	14.125
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		364.168	424.014	501.091	568.366
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	19	9.787	14.463	27.234	24.139
Despesas financeiras	19	(138.016)	(102.076)	(215.209)	(173.594)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		235.939	336.401	313.116	418.911
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(12.304)	(17.162)	(29.490)	(31.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 20	7.765	268.451	(19.507)	237.581
Lucro líquido do exercício		231.400	587.690	264.119	624.978
Atribuído a acionistas controladores		231.400	587.690	231.400	587.690
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	32.719	37.288

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	231.400	587.690	264.119	624.978
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>231.400</u>	<u>587.690</u>	<u>264.119</u>	<u>624.978</u>
Acionistas controladores			231.400	587.690
Acionistas não controladores			32.719	37.288

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	636.915	127.383	169.646	106.081	42.273	115.435	-	1.197.733	274.335	1.472.068
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(115.435)	-	(115.435)	(19.449)	(134.884)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	(42.273)	-	-	(42.273)	(6.003)	(48.276)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	(106.081)	-	-	-	(106.081)	-	(106.081)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	587.690	587.690	37.288	624.978
Destinação Proposta à A.G.O.:										
Incentivo fiscal	-	-	40.401	-	-	-	(40.401)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	140.466	(140.466)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(22.477)	(22.477)	(4.747)	(27.224)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(114.346)	(114.346)	(4.094)	(118.440)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	270.000	-	-	(270.000)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	636.915	127.383	210.047	270.000	-	140.466	-	1.384.811	277.330	1.662.141
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(140.466)	-	(140.466)	(10.654)	(151.120)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	(270.000)	-	-	-	(270.000)	(24.778)	(294.778)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	231.400	231.400	32.719	264.119
Destinação Proposta à A.G.O.:										
Incentivo fiscal	-	-	33.742	-	-	-	(33.742)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	95.000	(95.000)	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(87.000)	(87.000)	(16.327)	(103.327)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	15.658	-	-	(15.658)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	636.915	127.383	243.789	15.658	-	95.000	-	1.118.745	258.290	1.377.035

AS notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	235.939	336.401	313.116	418.911
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	1.595	1.543	1.838	1.823
Equivalência patrimonial	(152.009)	(157.470)	(12.323)	(14.125)
Juros e variação monetária	137.256	101.454	213.584	172.585
Baixa de ativos	-	(6)	-	(6)
Provisão para compensação ambiental	(30)	828	(910)	(173)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(1.091)	(3.878)	2.777	3.006
Outros	2.147	-	2.147	-
	<u>223.807</u>	<u>278.872</u>	<u>520.229</u>	<u>582.021</u>
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(2.327)	(1.491)	(5.518)	(6.348)
Ativo contratual da concessão	75.431	57.180	40.049	(10.315)
Impostos a recuperar	(16)	(160)	(835)	52
Outros ativos	106	(398)	(4.623)	(1.298)
	<u>73.194</u>	<u>55.131</u>	<u>29.073</u>	<u>(17.909)</u>
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(100)	(307)	(6.106)	(5.402)
Encargos regulatórios	357	1.370	(688)	2.128
Tributos e contribuições sociais a recolher	4.779	(360)	5.655	(1.961)
Pagamento de demandas judiciais	-	-	-	(32)
Outros passivos	372	1.465	2.138	8.762
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(16.730)	(22.847)	(34.879)	(35.402)
	<u>(11.322)</u>	<u>(20.679)</u>	<u>(33.880)</u>	<u>(31.907)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	285.679	313.324	515.422	532.205
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Resgates de investimentos curto prazo	(100)	(67)	9.915	(897)
Aplicações de títulos e valores mobiliários	-	-	(21)	-
Aplicações de investimentos curto prazo	-	-	12.555	8.168
Recebimento de dividendos	179.426	150.574	12.102	10.379
Aplicações no imobilizado	(190)	(255)	(298)	(313)
Aplicações no intangível	(272)	(57)	(275)	(57)
	<u>178.864</u>	<u>150.195</u>	<u>33.978</u>	<u>17.280</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	178.864	150.195	33.978	17.280
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	(519.943)	(415.151)	(576.447)	(448.856)
Captação de debêntures	482.111	254.005	610.111	254.005
Amortização de juros de debêntures	(129.873)	(108.308)	(176.211)	(135.451)
Pagamento de debêntures	(310.000)	(270.000)	(419.455)	(282.034)
Pagamento de arrendamento mercantil	(333)	(274)	(617)	(579)
	<u>(478.038)</u>	<u>(539.728)</u>	<u>(562.619)</u>	<u>(612.915)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(478.038)	(539.728)	(562.619)	(612.915)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(13.495)	(76.209)	(13.219)	(63.430)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	101.144	177.353	173.150	236.580
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>87.649</u>	<u>101.144</u>	<u>159.931</u>	<u>173.150</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(13.495)	(76.209)	(13.219)	(63.430)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A.

A EATE e suas controladas possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão								
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
EATE		042/2001	30	2031	404.597	IGP-M	fev/03	Sim
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	24.632	IGP-M	out/07	Sim
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	38.995	IPCA	nov/07	Sim
EBTE (***)	51%	011/2008	30	2038	77.595	IPCA	dez/10	Não
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	153.813	IPCA	fev/22	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$40.520 para STC, R\$85.775 para EBTE e R\$169.491 para ESTE (vide nota 11).

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE e suas controladas entendem que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia fez a apresentação do custo e das despesas por natureza.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de suas controladas.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a EATE e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da EATE e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realização.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e suas controladas para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a EATE e suas controladas tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e suas controladas, que varia entre 7,73% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e suas controladas dispõem de um percentual de 0,68% de Parcela Variável por indisponibilidade calculados sobre o fluxo de entrada de caixa, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

2.5. Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da EATE e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a EATE estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As Demonstrações Contábeis das controladas são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados (prejuízo) das empresas controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2025:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		31/12/2025	31/12/2024
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%	51,00%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%	61,55%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Controlada	80,00%	80,00%
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e suas controladas são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos,

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de Infraestrutura, a Companhia e suas controladas utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia e suas controladas classificam juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimentos.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado".

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração da EATE e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a EATE e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor de recuperável dos ativos.

3.5. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis individuais (controladora) e consolidadas.

3.6. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.7. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a EATE e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9.2. Provisões para compensação ambiental

Em função das suas atividades, a Companhia e suas controladas EBTE constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

3.10. Arrendamentos

A EATE e suas controladas avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a EATE e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.11. Tributação

3.11.1. Reforma Tributária - Transição para o Novo Sistema Tributário Nacional (Emenda Constitucional nº 132/2023)

Contextualização

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil, estabelecendo o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) *Dual*. A implementação do novo regime ocorrerá de forma gradual, conforme disciplinado por Leis Complementares específicas já divulgadas, e outras que serão divulgadas ao longo do período de transição previsto na legislação.

Nesse contexto, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à substituição dos tributos atualmente incidentes sobre o consumo, com a unificação do PIS e da COFINS na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Os novos tributos incidirão, quando aplicável, sobre as operações de transmissão de energia elétrica destinadas a consumidores finais conectados ao sistema.

A Lei Complementar nº 214/2025, sancionada em 16 de janeiro de 2025, estabeleceu normas gerais aplicáveis à transição para o novo modelo, disciplinando aspectos operacionais da CBS e do IBS, critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federativos e promovendo alterações relevantes na tributação federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Período de Transição e Exercício de 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia e suas controladas passou a integrar a fase de testes do novo sistema tributário, com a aplicação das alíquotas transitórias de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS. As alíquotas definitivas ainda não foram estabelecidas e serão fixadas por Lei Complementar específica ainda não publicada até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação vigente, os valores apurados a título de IBS e CBS não serão financeiramente exigíveis no exercício de 2026 e, por consequência, não haverá impacto direto sobre a carga tributária efetiva ou sobre o resultado do período.

Entretanto, há obrigatoriedade de implementação do novo modelo, incluindo adequações relevantes nos sistemas de informação, na emissão de documentos fiscais e no cumprimento de obrigações acessórias, as quais vêm sendo conduzidas pela Administração ao longo do exercício.

Julgamentos, Estimativas e Incertezas

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da Reforma Tributária do consumo, em especial a definição das alíquotas definitivas do IBS e da CBS e seus potenciais efeitos sobre a formação de

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

preços, a estrutura contratual e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Diante da ausência de definição das alíquotas finais e da complexidade inerente ao período de transição, permanecem incertezas relevantes quanto aos impactos futuros sobre a carga tributária efetiva, os fluxos de caixa e os resultados da Companhia. Tais impactos serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando houver maior grau de certeza quanto à sua ocorrência, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (IFRS/CPC).

3.11.2. Tributos sobre a receita

As receitas da EATE e suas controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

3.11.3. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da EATE e das controladas EBTE e ESTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime do lucro presumido.

A EATE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2033, que consiste na redução de 75% do IR devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

3.12.1. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

3.12.2. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7; aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	71	109	4.433	1.049
Aplicações financeiras	87.578	101.035	155.498	172.101
	87.649	101.144	159.931	173.150

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 97,51% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Investimentos de curto prazo (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora e as controladas mantêm saldos de R\$913 e R\$9.807, respectivamente referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,75% do CDI (R\$813 e R\$32.777, respectivamente remunerado em média por 98,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão (saldos acumulados):

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.577.249	3.856.639
Receita de operação e manutenção	81.819	149.118
Remuneração do ativo contratual da concessão	238.744	518.690
Efeito de revisão tarifária periódica	1.113	11.685
(-) Parcela variável	(1.854)	(2.796)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(377.002)	(666.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.520.069	3.866.954
Receita de operação e manutenção	84.271	160.101
Remuneração do ativo contratual da concessão	168.584	440.685
Receita de implementação de infraestrutura	63.062	63.062
(-) Parcela variável	(1.276)	(2.517)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(390.072)	(701.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.444.638	3.826.905
Ativo contratual da concessão – circulante	297.707	531.389
Ativo contratual da concessão - não circulante	1.146.931	3.295.516
Total circulante e não circulante	1.444.638	3.826.905

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A EATE e suas controladas consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora								Total
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	124.857	79.052	187.470	486.648	10.051	14.256	20.148	29.074	951.556
Resultado de equivalência patrimonial	19.562	15.142	22.150	86.491	1.727	2.898	3.432	6.068	157.470
Dividendos	(15.583)	(8.918)	(23.237)	(92.200)	(2.116)	(3.123)	(1.822)	(5.946)	(152.945)
(-) Amortização direito de concessão (*)	(307)	(398)	-	-	(135)	(187)	(210)	-	(1.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	128.529	84.878	186.383	480.939	9.527	13.844	21.548	29.196	954.844
Resultado de equivalência patrimonial	15.810	17.223	19.293	87.360	1.297	2.200	2.996	5.830	152.009
Dividendos	(23.631)	(18.100)	(33.796)	(85.527)	(1.583)	(2.821)	(749)	(6.501)	(172.708)
(-) Amortização direito de concessão (*)	(312)	(400)	-	-	(136)	(186)	(206)	-	(1.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	120.396	83.601	171.880	482.772	9.105	13.037	23.589	28.525	932.905

(*) Conforme orientação técnica do ICPC 09, a Companhia trata a amortização do direito de concessão dentro do investimento nas Demonstrações Contábeis da controladora e no intangível nas Demonstrações Contábeis consolidadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A EATE reconhece, nas Demonstrações Contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladas				Coligadas			
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE
Dados das companhias:								
Total do ativo	213.443	116.962	627.684	1.564.781	96.631	141.588	286.159	193.235
Total do passivo	23.678	16.039	290.663	1.082.010	16.839	26.540	69.218	35.435
Patrimônio líquido	189.765	100.923	337.021	482.771	79.792	115.048	216.941	157.800
Receita líquida	30.803	17.662	77.300	184.024	16.816	26.253	42.272	39.706
Lucro líquido (prejuízo)	25.686	21.529	37.830	87.360	12.973	22.005	29.957	32.250
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.339	28.830.540	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970
Participação da EATE:								
Quantidade de ações no capital social	129.872.000 61,55%	57.609.676 80,00%	134.159.752 51,00%	28.830.539 100,00%	3.000.000 10,00%	4.956.900 10,00%	2.234.049 10,00%	15.208.597 18,08%
no resultado	15.810	17.223	19.293	87.360	1.297	2.201	2.996	5.829
no patrimônio líquido	116.800	80.738	171.880	482.772	7.979	11.505	21.694	28.525
Direito de concessão	3.596	2.863	-	-	1.126	1.532	1.895	-
Total do investimento	120.396	83.601	171.880	482.772	9.105	13.037	23.589	28.525

Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora possui saldo de dividendos a receber em R\$ 22.823 (R\$ 29.541 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes da destinação de cada exercício. A expectativa de recebimento destes montantes é até o final do exercício de 2026.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures

	Controladora				31/12/2024	Consolidado					
	31/12/2025					Total	31/12/2025				31/12/2024
	Circulante		Não Circulante				Circulante		Não Circulante		
	Encargos	Principal	Principal	Total			Encargos	Principal	Principal	Total	
Debêntures 1ª emissão	-	-	-	-	-	2.341	14.620	598.244	615.205	601.243	
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.409	
Debêntures 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.664	
Debêntures 4ª emissão	-	-	-	-	-	481	(60)	82.785	83.206	-	
Debêntures 5ª emissão	-	-	-	-	-	927	7.810	37.014	45.751	-	
Debêntures 9ª emissão	-	-	-	-	205.692	-	-	-	-	205.692	
Debêntures 10ª emissão	-	6	7	13	111.695	-	6	7	13	111.695	
Debêntures 11ª emissão	3.070	103.021	206.328	312.419	311.620	3.070	103.021	206.328	312.419	311.620	
Debêntures 12ª emissão	12.246	(210)	254.451	266.487	261.555	12.246	(210)	254.451	266.487	261.555	
Debêntures 13ª emissão - 1ª Serie	504	(50)	86.833	87.287	-	504	(50)	86.833	87.287	-	
Debêntures 13ª emissão - 2ª Serie	723	(836)	250.149	250.036	-	723	(836)	250.149	250.036	-	
Debêntures 14ª emissão	3.109	(73)	149.708	152.744	-	3.109	(73)	149.708	152.744	-	
	19.652	101.858	947.476	1.068.986	890.562	23.401	124.228	1.665.519	1.813.148	1.588.878	

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Consolidado		Periodicidade da amortização		
				Principal contratado	Taxa a.a.	Principal	Encargos	
					Indexador	Juros (%)		
Debêntures 1ª emissão	ESTE	dez/19	dez/44	415.000		IPCA+4,5%	Semestral	Semestral
Debêntures 4ª emissão	EBTE	jun/25	jun/30	83.000		CDI + 0,67%	4º e 5º ano	Semestral
Debêntures 5ª emissão	EBTE	nov/25	nov/30	45.000		CDI + 0,39%	1º, 2º, 3º e 5º ano	Semestral
Debêntures 11ª emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000		CDI + 1,65%	3º, 4º e 5º ano	Mensal
Debêntures 12ª emissão	EATE	set/24	set/29	255.000		CDI + 0,89%	4º e 5º ano	Semestral
Debêntures 13ª emissão - 1ª Série	EATE	jun/25	jun/30	87.000		CDI + 0,67%	3º, 4º e 5º ano	Semestral
Debêntures 13ª emissão - 2ª Série	EATE	jun/25	jun/30	250.000		IPCA + 7,45%	4º e 5º ano	Semestral
Debêntures 14ª emissão	EATE	nov/25	mai/30	150.000		CDI + 0,47%	4º e 5º ano	Semestral

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2025 (*)	EATE	EBTE
Debêntures 4ª emissão	N/A	237.633
Debêntures 5ª emissão	N/A	237.633
Debêntures 11ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 12ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 13ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 14ª emissão	2.051.601	N/A

(*)A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2026	108.318	157.186
2027	269.623	332.500
2028	365.323	439.984
2029	204.212	270.545
2030	-	33.235
Após 2030	-	432.069
	<u>947.476</u>	<u>1.665.519</u>

A movimentação do saldo é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	913.010	1.580.890
Ingresso de dívidas	254.005	254.005
Encargos sobre debêntures	101.855	171.468
Amortização do principal e dos juros	(378.308)	(417.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	890.562	1.588.878
Ingresso de dívidas	482.111	610.111
Encargos sobre debêntures	136.186	209.825
Amortização do principal e dos juros	(439.873)	(595.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.068.986	1.813.148

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

9. Encargos regulatórios

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	10.201	9.942	14.125	14.311
Quota de reserva global de reversão - RGR	6.330	4.907	7.448	5.631
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.045	864	1.663	1.431
	<u>17.576</u>	<u>15.713</u>	<u>23.236</u>	<u>21.373</u>
Passivo circulante	13.384	12.571	16.858	16.355
Passivo não circulante	4.192	3.142	6.378	5.018

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem, substancialmente, da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a ICPC 01 (R1) – Interpretação Contratos de Concessão, OCPC 05 – Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) – Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora				
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(24.255)	14.783	(9.472)	1.446	(8.026)
Subtotal	(24.255)	14.783	(9.472)	1.446	(8.026)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	512.887	(283.239)	229.648	(9.212)	220.436
Outros itens	(18)	5	(13)	1	(12)
Subtotal	512.869	(283.234)	229.635	(9.211)	220.424
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	488.614	(268.451)	220.163	(7.765)	212.398

	Consolidado					
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Reclassificação	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo fiscal diferido						
Prejuízo fiscal e base negativa	(13)	(2)	-	(15)	4	(11)
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(20.942)	14.633	-	(6.309)	1.300	(5.009)
Subtotal	(20.955)	14.631	-	(6.324)	1.304	(5.020)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	831.292	(255.170)	-	576.122	18.405	594.527
CPC 47	(43.940)	2.958	81	(40.901)	(202)	(41.103)
Subtotal	787.352	(252.212)	81	535.221	18.203	553.424
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	766.397	(237.581)	81	528.897	19.507	548.404

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos (*)	60.323	59.151	264.799	259.749
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido (i)	37.560	39.522	60.251	62.349
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	5.779	6.080	14.749	14.924
	103.662	104.753	339.799	337.022
Passivo circulante	20.455	19.772	43.390	41.624
Passivo não circulante	83.207	84.981	296.409	295.398

(*) A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecendo o período de transição para substituição do PIS e da COFINS, com início em 1º de janeiro de 2026 e implementação gradativa conforme cronograma legal. Considerando que a Companhia possui saldos de PIS e COFINS diferidos cuja realização ultrapassa o exercício de 2026, e cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção desses tributos, previsto para 2027, tais passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas que tenham sido substantivamente aprovadas até a data do balanço.

Embora a base constitucional para a extinção do PIS e da COFINS tenha sido estabelecida, a Companhia avalia que a mensuração dos efeitos contábeis de forma fidedigna ainda depende da conclusão da regulamentação infraconstitucional, por meio das respectivas Leis Complementares.

Especificamente para o setor de transmissão de energia elétrica, o regime de diferimento da CBS e do IBS, bem como as alíquotas aplicáveis que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a aprovação substantiva, para fins de mensuração contábil em seu cenário específico, deverá ser alcançada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá ao recálculo e aos registros contábeis correspondentes, inclusive com o ajuste no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

12. Provisões para demandas judiciais

Perda provável:

Na controladora e no consolidado, o montante de R\$226 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 refere-se a duas causas trabalhistas com perda classificada como "provável".

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como "possível" em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Quantidade de processos	Valor	Quantidade de processos	Valor
Tributário	1	6.407	3	6.547
Regulatório	-	-	1	823
Ambiental	-	-	1	37
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1	6.407	5	7.407
Tributário	1	7.348	3	7.530
Regulatório	-	-	1	942
Ambiental	-	-	1	43
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1	7.348	5	8.515

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia e suas controladas são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem o saldo no valor de R\$11.827 (R\$8.829 em 31 de dezembro de 2024), e aguarda a indicação do seu destino por parte do órgão público ambiental.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$636.915, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.576	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.979.850	43.988.434	49,98%	49,98%
	92.000.000	88.000.010	100,00%	100,00%

14.2 Reservas de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social integralizado, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 127.383.

14.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$243.789 (R\$210.047 em 31 de dezembro de 2024).

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.2.3 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$0.

14.2.4 Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da equivalência patrimonial e contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de equivalência patrimonial e ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$15.658 (R\$270.000 em 31 de dezembro de 2024).

14.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da EATE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	231.400	587.690
Incentivo fiscal	(33.742)	(40.401)
Base de cálculo de dividendos	197.658	547.289
Dividendos intermediários	(87.000)	(114.346)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(22.477)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(95.000)	(140.466)
Reserva de lucros a realizar	(15.658)	(270.000)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição nos exercícios de 2025 e 2024.

15. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$3.212 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.868 em 31 de dezembro de 2024), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2025, a EATE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	314.641	318.709	661.331	665.012
Receita de operação e manutenção	84.271	81.819	160.101	149.118
Receita de implementação de infraestrutura	63.062	-	63.062	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	168.584	238.744	440.685	518.690
(-) Parcela variável	(1.276)	(1.854)	(2.517)	(2.796)
Deduções da receita operacional	(24.299)	(20.521)	(61.200)	(56.656)
PIS	(2.887)	(2.185)	(8.082)	(7.270)
COFINS	(13.311)	(10.081)	(37.243)	(33.503)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(3.196)	(3.454)	(6.874)	(7.152)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.647)	(3.526)	(6.431)	(6.145)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.258)	(1.275)	(2.570)	(2.586)
Receita operacional líquida	290.342	298.188	600.131	608.356

17. Custo de implementação de infraestrutura

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.818)	-
Material	(101)	-
Serviços de terceiros	(2.551)	-
Adiantamento a fornecedores	(42.145)	-
Outros	(34)	-
	(46.649)	-

18. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, o montante de R\$10.781 refere-se, principalmente: (i) ao efeito positivo da RTP (Revisão Tarifária Periódica) que em atendimento ao Ofício CVM 04/20 (item 2) foi registrado nessa rubrica.

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	9.787	14.463	27.234	24.139
Receita de aplicações financeiras	8.711	14.025	19.792	23.498
Juros ativos	86	112	229	188
Outras receitas financeiras	990	326	7.213	453
Despesas financeiras	(138.016)	(102.076)	(215.209)	(173.594)
Encargos sobre debêntures	(136.186)	(101.858)	(210.061)	(171.592)
Encargos sobre arrendamento mercantil	(95)	(64)	(170)	(116)
Variação monetária	(975)	465	(3.588)	(1.000)
Outras despesas financeiras	(760)	(619)	(1.390)	(886)
Resultado financeiro líquido	(128.229)	(87.613)	(187.975)	(149.455)

20. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	235.939	336.401
Alíquota fiscal	34%	34%
	80.219	114.376
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	101.314	100.011
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515/2014		
Equivalência patrimonial	(51.683)	(53.540)
Despesas e provisões indedutíveis	261	1.263
IFRS 15 O&M e pis- cofins-rgr+taxa	42.243	21.059
Outras	(22)	(24)
	49.387	62.821
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(7.765)	
Incentivo Fiscal	(33.741)	(40.402)
Lei Rouanet / Esporte / FIA / PAT	(118)	(2.034)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973/2014	(3.225)	(3.225)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.539	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.304)	(17.162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.765	268.451
Taxa efetiva	1,92%	-74,70%

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a EATE e suas controladas não tinham contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Debêntures e arrendamento mercantil, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A EATE e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A EATE e suas controladas classificam os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da EATE e das suas controladas podem ser assim identificados:

Risco de crédito - a EATE e suas controladas mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.730 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a EATE e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Risco de preço - as receitas da EATE e da controlada Lumitrans, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, enquanto que as controladas EBTE, STC e ESTE são reajustadas pela variação do IPCA;

Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da EATE e da controlada EBTE estão vinculados a variação do CDI e da controlada ESTE está vinculada pela variação do IPCA;

Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da EATE e das suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Companhia e das suas controladas não consideram relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

22. Benefícios a empregados

A EATE e suas controladas, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

23. Compromissos assumidos

A EATE mantém contratos com fornecedores no montante de R\$172.688 para implantação do projeto de melhoria de grande porte referente à substituição dos Banco de Capacitores de Série. Essas melhorias são necessárias para a manutenção da prestação do serviço de transmissão, visando o melhor atendimento ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Angelo Piovezan
Contador – CRC 1SP293614